

A Habitação Urbana na Época Moderna: modos de habitar

Liliana Andrade de Matos e Castilho

Doutora em História da Arte Portuguesa | Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu | CITCEM

Sob a ampla designação de “Habitação” e analisando um período que medeia entre o início do século XVI e o final do século XVIII, são tão diversas as realidades materiais a analisar quanto díspares os seus agentes e mundividências. A materialidade da casa é, em última análise, sempre o reflexo da realidade social e do quadro mental de quem a habita.

Para efeitos de sistematização podemos dividir a temática em dois blocos: Casa Nobre e Casa Corrente. No entanto, esta divisão artificial é útil apenas em termos organizativos e esbarra no terreno material e documental com as fronteiras ténues do real. Casa nobre porque pertença de nobres ou devido à magnificência da sua fábrica? Taxonomia arquitetónica ou social? A realidade do habitar na época moderna reveste-se de contornos bem mais permeáveis e o poder económico atenua muitas vezes as diferenças de status.

A Casa Nobre em Portugal, na época moderna, não se reveste da magnificência característica de outros países europeus, não sendo comuns entre nós verdadeiros palácios, se excetuarmos os da família real, mas tão só habitações de maiores dimensões, e com uma dinâmica interna mais complexa que, pelo seu volume e riqueza decorativa, se destacam das demais. A sua especificidade funcional tende a aumentar ao longo da época moderna, verificando-se uma maior especialização dos espaços no século XVIII em comparação com o século XVI, e o gosto estético corresponde naturalmente ao da época de construção, mas as principais características são comuns a todo o período.

A designação Casa Corrente pretende agrupar sob uma mesma denominação realidades habitacionais sem dúvida diversas, mas que escapam, em última análise, ao universo da casa nobre. Confluem aqui todas as residências que não sendo pertença de nobres, ou de tal maneira grandiosas que façam adivinhar a nobilitação, se perdem no vasto campo do anonimato, se a casa nobre era a exceção, a casa corrente, como o próprio nome indica, era a norma. Local de residência, mas muitas vezes, também de exercício de uma atividade comercial, esta arquitetura é sempre reflexo do seu ocupante, seja ele detentor da propriedade ou apenas inquilino. Moldada, ao longo da época em análise, pelas subtis mudanças de paradigma social, sempre mais lentas e menos penetrantes nos estratos inferiores da sociedade, assistimos a um lento penetrar de novas estéticas e novas formas de

2ª JORNADA DE HISTÓRIA DA ARQUITETURA EM PORTUGAL

habitabilidade, sem que no entanto as suas características intrínsecas sejam alteradas. Formalmente caracterizam-se pelas suas menores dimensões, em termos de implantação no terreno e em termos globais e, maior expressão em altura e menor especialização funcional dos seus “repartimentos”, face à casa nobre. A utilização maioritária de materiais “pobres” e facilmente degradáveis, bem como as alterações das necessidades habitacionais ao longo de cinco séculos fez com que chegassem até aos nossos dias poucos exemplares deste tipo de arquitetura.

Entender a casa é assim entender o Homem, a família, a profissão. A Habitação é o reflexo das atividades quotidianas mais do que das extraordinárias, do esforço individual ou familiar e não do poder político ou religioso, mas talvez por isso reveste-se de uma riqueza histórica e cultural de que as grandes construções programáticas estão isentas.